



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Fundamentos do Serviço Social
Ênfase: Formação Profissional

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

**Serviço Social no Brasil: fundamentos teórico-metodológicos e
direção social**

Thiane Cristina Bavaresco¹
Rosana Mirales²

Resumo: O presente trabalho pretende analisar o processo de institucionalização do Serviço Social enquanto profissão no Brasil. Examina o caminho histórico percorrido no processo de amadurecimento teórico profissional e sua condição de trabalhador assalariado na sociedade capitalista, proporcionado a partir dos referenciais da tradição marxista, que influenciaram na constituição do projeto profissional do/a assistente social e na direção social da profissão.

Palavras-chave: Fundamentos; Serviço Social; Projeto profissional; Profissional assalariado

Abstract: The present work intends to analyze the process of institutionalization of Social Work as a profession in Brazil. It examines the historical path taken in the process of professional maturation and its status as a salaried worker in capitalist society, based on the references of the Marxist tradition, which influenced the constitution of the professional project of the social worker and the social direction of the profession.

Keywords: Fundamentals; Social Work; Professional design; Professional salaried

¹ Assistente Social da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR, *Campus* Pato Branco, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado – PPGSS, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* Toledo. E-mail: thianebavaresco@hotmail.com

² Bacharel e Doutora em Serviço Social. Docente na graduação e pós-graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* Toledo. E-mail: mirales_ro@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

Com este artigo pretende-se refletir sobre o Serviço Social no Brasil, concebido como uma profissão. Para isso, torna-se relevante considerar a importância da influência da tradição marxista e a compreensão das relações sociais. O amadurecimento teórico propositado pela apropriação desta perspectiva teórico-metodológica de análise sobre o Serviço Social, demarcado por publicações como a de Iamamoto e Carvalho (2011), que explicou a condição de trabalhador assalariado do/a assistente social como parte do processo de reprodução das relações sociais, permeado pelo movimento histórico da sociedade (YAZBEK, 2009b) e, possibilitou a construção de uma direção social dada pela categoria dos/as assistentes sociais à profissão, adensaram o debate sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, desta forma concebido a partir dos anos 1990.

Esse amadurecimento profissional esclareceu, inclusive, o processo de institucionalização do Serviço Social, como movimento dialético do capitalismo monopolista, que acentuou os posicionamentos das classes sociais: a burguesia em favor da continuidade capitalista, uma vez que é a classe hegemônica, e o operariado apontando para outro modo de produção, vez que agora, a classe trabalhadora se coloca com força política para si.

Como parte desta classe, o trabalhador assalariado assistente social, atua em instituições públicas e privadas, exposto às contradições entre os interesses sociais e correlação de forças políticas, decorrendo daí tanto as possibilidades como os limites à materialização do projeto profissional (IAMAMOTO, 2007).

A forma de organização do texto percorre a análise sobre a institucionalização do Serviço Social no Brasil; o movimento de ruptura com o referencial neotomista e conservador possibilitado pelo Movimento de Reconceituação e de aproximação da tradição marxista; e por último, da condição de trabalhador assalariado, o que justifica os referenciais do atual projeto profissional do Serviço Social no país.

2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A emergência e a institucionalização do Serviço Social no Brasil se deu nas décadas de 1930 e 1940, quando as condições sócio históricas se objetivaram para que a profissão iniciasse seu percurso histórico. Em um contexto de grandes mobilizações da classe operária, que reivindicava por melhores condições de vida devido ao aprofundamento do pauperismo, passa-se a exigir um posicionamento do Estado, que, juntamente com a Igreja e as esferas dominantes da sociedade, somaram forças para conter tais mobilizações (YAZBEK, 2009a).

Sob o governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), a Igreja Católica aproximou-se das ações do Estado e passou a controlar as ações de ajuda às pessoas em situação de



pobreza, buscando amenizar as mais variadas manifestações da “questão social”³. O objetivo desta aproximação da Igreja era difundir sua doutrina social entre a classe trabalhadora e manter o regime estabelecido pelo Estado. Neste período, o país iniciava seu processo de industrialização e houve o crescimento da população nas áreas urbanas, acentuando-se a contradição entre capital e trabalho, devido ao aumento do pauperismo, o que levou o Estado brasileiro a absorver algumas reivindicações populares, principalmente relacionadas à melhoria das condições de alimentação, moradia e saúde.

Por isso, a Igreja Católica começou a oferecer formação específica para a atuação nas ações sociais desenvolvidas por ela, com o intuito de apaziguar a classe trabalhadora, abordando a “[...] ‘questão social’ como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza [...] o atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais” (YAZBEK, 2009b, p. 145). Foi este cenário Republicano, que se confirmou aos poucos, também na sociedade nacional, a necessidade de adoção de políticas sociais por parte do Estado e de uma profissão que apresentasse respostas às demandas sociais concretas, através da constituição de condições materiais para a reprodução social de vida da classe trabalhadora: o Serviço Social.

Acerca disso, Yazbek (2009a) refere que as particularidades da institucionalização do Serviço Social no Brasil evidenciam que a profissão se legitima profissionalmente como uma das respostas do Estado e do empresariado, com o suporte da Igreja Católica, para o enfrentamento e amenização da “questão social”, quando ocorre a intensificação das suas manifestações nas condições objetivas de vida da população, especialmente dos segmentos mais empobrecidos. Esta é, portanto, a justificativa para a constituição do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, como um profissional assalariado, e para a construção da identidade da profissão da sociedade brasileira, a partir dos anos 1930. Lembra-se que a referência da primeira escola no país é a de São Paulo em 1936, institucionalizada no contexto das atividades da Igreja Católica.

Amplio debate foi levado pelos/as assistentes sociais, sobre o que levou à emergência desta profissão, como decorrente da “evolução da ajuda”, da “racionalização da filantropia”, ou ainda, da “organização da caridade”, sendo que o texto de Netto (1989, p. 91) aponta que ela “[...] só emerge na idade do monopólio, quando o Estado burguês desenvolve formas sistemáticas, estratégicas e coesivas para enfrentar as manifestações da ‘questão social’” e que, portanto, é importante sinalizar que o Serviço Social “[...] só pode ser tomado como

³ O termo “questão social” será utilizado entre aspas devido à sua gênese conservadora, em conformidade com alguns estudiosos do Serviço Social, especialmente José Paulo Netto, em seu texto “Cinco Notas a Propósito da ‘Questão Social’”, publicado pela Revista Temporalis, em 2001.



profissão a partir do trânsito do capitalismo concorrencial à idade do monopólio [...]” (NETTO, 1989, p. 90, grifos do autor), onde agudizam-se as manifestações da “questão social”.

Nos primeiros anos de sua institucionalização, o Serviço Social dispunha de uma prática profissional baseada em atendimentos individualizados, em uma perspectiva de adequação da classe trabalhadora às relações sociais vigentes, legitimando os setores dominantes e do Estado. Portanto, a relação entre a Igreja Católica e a profissão está na sua gênese constitutiva, sendo que os referenciais adotados pelas ações emergentes do Serviço Social possuíam como base a Doutrina Social da Igreja, as ideias franco-belgas de Ação Social e o pensamento do filósofo Tomás de Aquino (YAZBEK, 2009b).

É isso que demonstra a clara percepção dos autores que analisaram a profissão no período, ao perceberem um caráter mais doutrinário do que científico na atuação do Serviço Social brasileiro, que fundamenta e formula seus primeiros objetivos políticos e sociais mediante “[...] posicionamentos de cunho humanista e conservador contrários aos ideários liberal e marxista [...]” (YAZBEK, 2009b, p. 146), devido à sua relação com a Igreja, tendo em vista que, do ponto de vista desta Igreja, ambos se apresentam enquanto ameaças para sua continuidade na sociedade. Cabe ressaltar que, segundo a autora, estas características encontram-se na origem do Serviço Social em toda a América Latina, muito embora com particularidades diversas em cada país.

Como dito anteriormente, em 1936 foi fundada a primeira Escola de Serviço Social, resultado da necessidade de qualificar profissionais para atuar na área, introduzir técnicas e atender as demandas resultantes dos conflitos existentes na sociedade. A partir dos anos de 1940 o Serviço Social brasileiro começa a receber uma grande influência norte-americana, iniciando a sua tecnificação e aproximação da teoria positivista, reorientando os atendimentos às requisições do Estado, que inicia a implementação de políticas no campo social (YAZBEK, 2009a).

Este primeiro suporte teórico-metodológico do Serviço Social para sua qualificação técnica e modernização de sua prática profissional, através da influência da teoria positivista, possui como característica uma “[...] apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social” (YAZBEK, 2009b, p. 147), onde estão desconsideradas as possibilidades de mudanças na sociedade, a não ser aquelas concebidas no plano da moral e no contexto da ordem política-econômica estabelecida, que se promovem por meio de práticas de ajustes e de conservação. O questionamento a estes referenciais inicia-se na década de 1960, quando ocorre a expansão do capitalismo mundial em um contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, que propiciam um desenvolvimento excludente e subordinado na América Latina. O mundo entra em um movimento de sentir as mudanças que se explicitam mais claramente nos anos 1970.



Neste cenário, o Serviço Social apropria-se das inquietações e insatisfações do momento histórico e dirige seus questionamentos e críticas à forma de atuação profissional existente, caracterizada como Serviço Social tradicional. Em um primeiro momento, em tempos de Ditadura Militar, não só no Brasil (1964-1985) como na América Latina, e de impossibilidade de contestação política, os profissionais priorizaram um questionamento de sua prática institucional priorizando “[...] um projeto tecnocrático/modernizador, do qual Araxá e Teresópolis são as melhores expressões” (YAZBEK, 2009b, p. 148). Mesmo com estes referenciais, o ambiente de forte repressão também mostrou-se terreno fértil para várias mobilizações da população contra o regime ditatorial, quando os/as assistentes sociais aproximaram-se dos movimentos sociais (YAZBEK, 2009b).

3 APROXIMAÇÃO E CENTRALIDADE DA TRADIÇÃO MARXISTA NO SERVIÇO SOCIAL

A análise de Netto (1989, p. 96) sobre o processo de aproximação do Serviço Social da tradição marxista, assinala que Marx foi um pensador inserido na ordem burguesa, cuja pesquisa apresentou direcionamento para a ultrapassagem desta ordem e que a incorporação das discussões deste autor “[...] pelas correntes ‘críticas’ das chamadas ciências sociais favoreceu a sua interlocução com setores do serviço social”. O seu pensamento é responsável por fundar uma teoria social, já que “[...] toda a sua pesquisa está centrada na análise radicalmente crítica da emergência, do desenvolvimento, da consolidação e dos vetores de crise da sociedade burguesa e do ordenamento capitalista” (NETTO, 1989, p. 92). Com isso, elucida que a contradição fundante da desigualdade entre as classes sociais é movida pela contradição posta pela relação entre o capital e o trabalho e concentrada na apropriação privada pela burguesia, da riqueza que é socialmente produzida.

Esta aproximação do Serviço Social da tradição marxista desenhada a partir da década de 1960 (NETTO, 1989), deu-se com o envolvimento de diferentes segmentos profissionais, que ocorreu, conforme Netto (1989, p. 96-97) “[...] na intercorrência de três fenômenos: a crise do serviço social tradicional, a pressão exercida pelos movimentos revolucionários e a rebelião estudantil”. Neste contexto, através do amadurecimento de setores da categoria profissional, por meio da articulação com outros profissionais, com movimentos sociais e do crescimento do movimento estudantil nas escolas de Serviço Social, houve a erosão do tradicionalismo do Serviço Social de forma mais intensa no interior do Movimento de Reconceituação (1965-1975), com forte recusa à importação de teorias e métodos, considerados “distantes da realidade” do Brasil.

A partir do referido Movimento ocorreu um amplo processo de revisão da profissão, em seus níveis teórico, metodológico, operativo e político, iniciando-se a interlocução do Serviço Social com a teoria social de Marx, especialmente a partir de 1971, processo este que



se verificou em toda a América Latina, consideradas as realidades nacionais (YAZBEK, 2009b). Apesar das especificidades de cada nação, houve uma unidade na aproximação profissional com a teoria de Marx, que, conforme Yamamoto (2007), mostrou-se na intenção de se construir uma profissão com características latino-americanas, comprometida com as lutas dos oprimidos, em busca da transformação social e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais⁴.

Análises demonstram que a apropriação da vertente marxista pelo Serviço Social brasileiro e latino-americano também se fez com uma série de questões, uma vez que se deu com referência em abordagens seletivas e reducionistas da teoria social, pela via de manuais, ou seja, “[...] uma aproximação enviesada de setores do serviço social à tradição marxista – um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes 'clássicas'” (NETTO, 1989, p. 98), o que se fez por meio de exigências teóricas muito reduzidas. Ainda conforme o autor, que não deixa de considerar a importância desta interlocução, mas ressalta que a riqueza e a complexidade do pensamento de Marx foram pouco apropriadas pelo Serviço Social naquele momento.

O que as obras dos anos 1980 trouxeram, com maior apropriação do pensamento marxiano, foi a necessidade de compreensão da profissão na sociedade capitalista, situando o Serviço Social “[...] no contexto de relações sociais mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões” (YAZBEK, 2009a, p. 126-127). Com isso, um conceito fundamental é o de reprodução social que, “[...] na tradição marxista, se refere ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade” (YAZBEK, 2009a, p. 127), ou seja, se refere à reprodução da totalidade da vida social, que se expressa no cotidiano.

A partir disso, Netto (1989) indica como ponto em comum entre a profissão e a teoria de Marx que “Tanto a obra marxiana quanto o serviço social são impensáveis fora do âmbito da sociedade burguesa. De fato, ambos têm como substrato imediato o que está sinalizado na nossa bibliografia [do Serviço Social] sob o rótulo de ‘questão social’ [...]” (NETTO, 1989, p. 90). Ao tratar do capitalismo o autor aponta que “[...] para Marx, o capitalismo é a produção e a reprodução contínua e ampliada da ‘questão social’” (NETTO, 1989, p. 91). Portanto, o processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade capitalista está em permanente reelaboração, contendo, conforme Yazbek (2009a, p. 127) “[...] a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança”.

⁴ Para aprofundamento ver Netto, 1998, em especial o capítulo 2: A renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa, p. 117-246.



Logo, a teoria marxista explicita a vida cotidiana enquanto uma perspectiva teórico-metodológica que esclarece o processo histórico da sociedade capitalista e suas transformações, apresentando-se como "[...] um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório" (YAZBEK, 2009b, p. 151). Por isso, é necessária a aproximação mais rigorosa às fontes clássicas desta teoria, com o intuito de evitar interpretações de autores que esvaziem a riqueza e a complexidade de suas contribuições.

A aproximação cada vez maior dos profissionais de Serviço Social da teoria de Marx, aponta que a mesma é a que melhor explica a sociedade capitalista e seus mecanismos de ampliação, evidenciando que os interesses das classes fundamentais – burguesia e proletariado – são antagônicos e inelimináveis. Sua contribuição para a profissão avança no sentido de fornecer subsídios aos profissionais para a apreensão das determinações societárias e suas conexões com a vida dos indivíduos, no contexto sócio histórico (RAMOS; SANTOS, 2016). Por isso, a prática profissional dos/as assistentes sociais atua tanto no processo de reprodução do capitalismo quanto na reprodução da vida dos que vivem do trabalho, através das respostas às suas necessidades de sobrevivência (YAZBEK, 2009a).

O processo de construção de novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos para a profissão, a partir da tradição marxista, ocorreu em amplo debate em diferentes fóruns de natureza acadêmica e organizativa do Serviço Social. Este debate demonstrou a convivência e o diálogo de diferentes tendências teórico-metodológicas, ricas em variadas apropriações marxistas, em uma perspectiva plural, em que as diferentes posições ideológicas se confrontam, porém é inegável a centralidade que a tradição marxista assumiu neste processo, demonstrando uma direção hegemônica na categoria profissional (YAZBEK, 2009b).

Demarcado pelo III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), realizado em São Paulo no ano de 1979, conhecido como “Congresso da Virada”, em que houve participação massiva da categoria com muitas críticas aos referenciais adotados até então pela profissão. Este evento deliberou pelo compromisso profissional com a classe trabalhadora e sobre a necessidade de renovação do Serviço Social brasileiro, sendo que esta tornou-se uma tendência hegemônica na categoria: a “busca de ruptura” com o conservadorismo.

Estes movimentos da categoria dos/as assistentes sociais também resultaram na criação da pós-graduação com cursos de mestrado em Serviço Social, iniciada na década de 1970, resultante das exigências de apropriação de aportes teóricos que capacitassem os/as assistentes sociais para novas exigências do cotidiano profissional, e a necessidade de fortalecer a interlocução com as outras áreas de produção do conhecimento. Este processo



se ampliou e resultou em uma significativa produção teórica a nível de pós-graduação dos/as assistentes sociais brasileiros, o que fortaleceu a apropriação da teoria social de Marx, impulsionando a criação de uma bibliografia própria que se expande até os dias atuais, bem como contribuiu para a consolidação do Serviço Social na área das Ciências Sociais Aplicadas, o que fortaleceu a sua visibilidade no campo acadêmico (YAZBEK, 2009b).

Diante do exposto, Netto (1989) menciona que a referência à tradição marxista oferece ao Serviço Social elementos importantes para a compreensão do significado social da profissão, objetivando clarear as modalidades de intervenção profissional e dinamizar a elaboração teórica dos/as assistentes sociais, com o intuito de fundamentar e articular os aportes teóricos para subsidiar a sua prática. Neste ínterim, Yazbek (2009a) pontua que o significado social da profissão somente pode ser compreendido por meio de sua inserção na sociedade capitalista. Ou seja, é necessário avançar na análise do Serviço Social em si mesmo e situá-lo no contexto do processo de reprodução das relações sociais mais amplas que constituem a sociedade capitalista, considerando a “questão social” e suas múltiplas expressões, bem como as respostas que o Estado e a sociedade estabelecem para o seu enfrentamento, pois a “[...] prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais [...]” (YAZBEK, 2009a, p. 128).

4 A DIREÇÃO SOCIAL DO/A TRABALHADOR/A ASSISTENTE SOCIAL

Considerado o Serviço Social no contexto da divisão social e técnica do trabalho, para exercer suas atividades profissionais o/a assistente social necessita ingressar no mercado de trabalho como força de trabalho especializada, o que é apropriado por meio de formação universitária específica que o legitima e qualifica como profissional liberal para a sua atuação profissional. Compreendido desta forma, a partir disso, Iamamoto (2007) refere que o trabalho do/a assistente social compõe o processo de mercantilização da força de trabalho na sociedade capitalista, tornado uma mercadoria com um valor de uso, pois responde a uma determinada necessidade social, o que se apresenta por um “valor de troca”, que é expresso no salário, ou seja, no equivalente ao trabalho realizado.

Assim, a atuação do/a assistente social é permeada por diversas condições concretas para a realização do seu trabalho, necessitando de meios e instrumentos para realizá-lo, que são colocados à sua disposição pelas instituições empregadoras, sejam elas públicas ou privadas. Por isto, esta “mercadoria força de trabalho”, depende das relações sociais estabelecidas com os diferentes empregadores. Iamamoto (2007) aponta, ainda, que o/a assistente social, na condição de trabalhador assalariado, regulado por um contrato de trabalho, atua em uma relação em que são os empregadores e os recursos que são disponibilizados que definem as necessidades sociais que o profissional deve responder,



interferindo nas condições em que se operam os atendimentos e nos seus efeitos na reprodução das relações sociais.

Portanto, o/a assistente social ao realizar seu trabalho, dispõe de relativa autonomia para a condução da atuação profissional, o que se faz mediante dilemas e determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, relacionadas pelo tensionamento da compra e venda da força de trabalho. Diante disso, conforme indica Yazbek (2009a, p. 128), cabe ao profissional identificar de que forma ele “[...] incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer profissional”.

A prática profissional do Serviço Social é permeada pelos interesses das classes sociais na sociedade capitalista, que são antagônicas entre si, onde pode ocorrer um desencontro entre as intenções do profissional, o trabalho que realiza e os resultados que produz. Diante disso, é preciso compreender os determinantes sócio históricos nos diferentes espaços de atuação onde o profissional realiza seu trabalho cotidiano e identificar de que forma o significado de seu trabalho é incorporado em sua consciência, demonstrando a direção social que imprime ao seu fazer profissional.

Para tanto, a construção do projeto profissional do Serviço Social brasileiro é de suma importância, pois este é resultado de um contexto de ascensão de diversos movimentos sociais e de um processo de lutas democráticas, em que a categoria dos/as assistentes sociais questionou e buscou novas respostas profissionais. Este momento histórico propiciou um amplo movimento de renovação crítica do Serviço Social, que acarretou em mudanças significativas no ensino, na pesquisa e na organização política-corporativa dos profissionais, onde se demandava a construção de respostas para a compreensão da realidade da sociedade brasileira contemporânea (IAMAMOTO, 2007).

Ainda quanto ao projeto profissional, Iamamoto (2007) explana que este realiza-se em diferentes dimensões do universo da profissão: nos seus instrumentos legais; nas expressões e manifestações coletivas da categoria, através de suas entidades representativas; nas articulações com outras entidades de Serviço Social latino-americanas e internacionais, além de outras categorias profissionais e movimentos sociais organizados; no trabalho profissional desenvolvido nos diferentes espaços ocupacionais e no ensino universitário, que é responsável pela qualificação teórica de pesquisadores e de profissionais. E destaca ainda que

[...] o projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa, voltada à autodefesa dos interesses específicos e imediatos desse grupo profissional centrado em si mesmo. [...] Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e dos trabalhadores especializados, o projeto profissional os ultrapassa, porque é *histórico e dotado de caráter ético-político*, que eleva esse projeto a uma dimensão de universalidade, a qual subordina, [...] a dimensão técnica profissional.



Isto porque ele estabelece um norte, quanto à forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade [...] (IAMAMOTO, p. 227, grifos da autora).

A partir do exposto, percebe-se que existem limites e possibilidades para a realização dos propósitos profissionais, que também precisam atender às demandas referentes às necessidades sociais dos sujeitos que buscam pelos seus atendimentos, onde os empregadores estabelecem as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional (IAMAMOTO, 2007). Contudo, é neste contexto de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional, já que o/a assistente social dispõe de relativa autonomia, resguardada pela legislação, assegurando a possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício profissional, “[...] impregnado de história e embasado em princípios e valores radicalmente humanistas [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 219).

Acerca da direção social que norteia a direção social do Serviço Social, Yazbek (2009b, p. 156) refere que ele apresenta “[...] como referência a relação orgânica com o projeto das classes subalternas, reafirmado pelo Código de Ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e pela Legislação que regulamenta o exercício profissional (Lei n. 8.662, de 07/06/93)”, projeto este denominado de Projeto Ético-Político, que foi construído coletivamente e embasado em princípios e valores humanistas, que apontam para um projeto comum para a sociedade. E, para além dos dispositivos legais que regulam e direcionam o Serviço Social, cabe ressaltar a importância da organização política dos/as assistentes sociais, dentre os quais pode-se nomear a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social, denominado de conjunto CFESS/CRESS e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Consequentemente, os/as assistentes sociais, através do seu projeto profissional, definem estratégias profissionais e políticas no sentido de reforçar os interesses da população com a qual trabalha, assumindo um compromisso com a emancipação desta população e negando o controle e a tutela das classes subalternas (IAMAMOTO, 2007). Este Projeto Ético-Político, hegemônico na categoria profissional, teve a sua construção permeada pelo embate entre distintos projetos de sociedade, e a opção foi por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova sociedade, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero, tendo a liberdade como valor ético central. Isto está expresso nos princípios do Código de Ética Profissional.

Logo, muitos são os desafios atuais para a profissão, sendo que Iamamoto (2007) aponta como o maior deles consolidar este projeto profissional e implementá-lo efetivamente no exercício profissional cotidiano no contexto do neoliberalismo, já que no seu dia a dia, o/a



assistente social lida com situações permeadas por determinações de classes. Para isso é necessário compreender as contradições e as forças políticas que estão circunscritas neste processo, através de uma análise da realidade histórica das relações sociais em que se efetiva a profissão, além de articular as dimensões organizativas e acadêmicas do Serviço Social no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto foi possível refletir acerca do processo de constituição do Serviço Social enquanto profissão na divisão social e técnica do trabalho no Brasil, bem como compreender o amadurecimento teórico, através do caminho histórico percorrido, até a sua aproximação com os referenciais da tradição marxista e como este processo passou a nortear o projeto profissionista. Estes referenciais forneceram subsídios para a compreensão da sociedade capitalista e da profissão. Com a clareza teórico-metodológica de que a sua emergência é parte das relações sociais da ordem do capital, tornou-se evidente que os seus determinantes históricos tem estreita relação com as práticas desenvolvidas pelo Estado no enfrentamento das expressões da “questão social”, sob a ótica de garantia das condições de reprodução do modo de produção.

Desta forma, o/a assistente social insere-se no conjunto de determinações sociais na sociedade capitalista, situando-se na condição de trabalhador assalariado e submetido às regras do trabalho sob o jugo do capital, nos marcos do capitalismo monopolista, assim como os demais trabalhadores. O profissionista é contratado por instituições públicas e privadas para intervir e responder às demandas apresentadas pela classe trabalhadora, porém a sua prática é determinada pelos contratos de trabalho, que contemplam os interesses do seu empregador. Portanto, cabe ao profissional constituir no cotidiano da sua prática, a direção social segundo os interesses da classe trabalhadora, pois, mediante essa concepção teórico-metodológica o/a assistente social dispõe de relativa autonomia para a sua atuação profissional.

A partir da legitimação, consolidação e amadurecimento profissional, ocorrido nos anos de 1990 ampliou-se o debate teórico, o que gerou maior visibilidade acadêmica e científica para o Serviço Social. Confirmou-se o lugar da pesquisa como uma necessidade nas variadas dimensões profissional e em todos os níveis de formação, uma vez que foi confirmado o intuito de formular respostas que impulsionem propostas profissionais que atribuam materialidade aos princípios norteadores do projeto profissional, seguindo a orientação da vida cotidiana da classe trabalhadora, dos pressupostos da liberdade, da democracia e dos direitos humanos. Na busca deste objetivo, a produção acadêmica acumulada pelo Serviço Social ao longo das últimas décadas, baseada em sua maioria na



teoria social de Marx, tem contribuído para adensar o debate acerca do Projeto Ético-Político profissional.

Diante do acúmulo teórico e organizativo da profissão, foram criados instrumentos que norteiam a dimensão política dos/as assistentes sociais, orientam a defesa da profissão e a orientação do projeto da classe trabalhadora em busca de um novo projeto societário. Assim, a atuação profissional do/a assistente social, tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional, orienta-se pelos princípios e diretrizes inscritos no Código de Ética Profissional de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Neste sentido, o desempenho deste profissional expressa a dupla e contraditória relação com a qual o Serviço Social se depara, constitui-se como parte do processo de resposta do capital às expressões da “questão social”, mas que ao longo do seu desenvolvimento optou, através de seu projeto profissional, por engrossar o projeto societário que atende aos interesses da classe trabalhadora.

Assim sendo, é preciso conhecer e desvendar as especificidades das expressões da “questão social” enquanto totalidade histórica em suas múltiplas relações com o movimento da sociedade, no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tensionam, “nutrindo-se” da história brasileira contemporânea. Cabe ao/a assistente social, profissional assalariado e com relativa autonomia, construir possibilidades de atuação, reconhecendo a trama de interesses nela contidos, impulsionando mudanças na perspectiva de ampliar o protagonismo das classes subalternas, congruentes com o projeto profissional. É necessário potencializar a defesa do conjunto dos valores, princípios e concepções ético-políticas expressas no projeto profissional, tanto nos espaços de organização política da categoria quanto nas instituições responsáveis pela formação dos/as assistentes sociais, além de instituí-los no cotidiano dos espaços sócio ocupacionais de atuação dos/as assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, M. V. A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social. In: _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, p. 209-245, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 33ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a Tradição Marxista. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 30, Ano X, p. 89-102, abril, 1989.

_____. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.



_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis** nº 3, jan. jun. 2001, p. 41-50.

RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. M. dos. Projeto Profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, M. L. de O. (org). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, p. 209-234, 2016.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (Org). **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, v. 1, p. 125-142, 2009a.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, v. 1, p. 143-164, 2009b.